



# MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

Estado do Paraná



## JULGAMENTO DE RECURSOS E CONTRARRAZÃO ADMINISTRATIVA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: N°. 164/2025**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: N°. 10/2025**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na construção de campo e quadro de areia, de acordo com o Convênio N° 845/2025-SECID entre o Município de Nova Esperança do Sudoeste, PR e o Serviço Social Autônomo Paranacidade, incluindo material e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos e planilha orçamentária em anexo ao edital.

**Recorrentes:** MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA CNPJ n°. 10.434.136/0001-63, CONSORA CONSTRUTORA LTDA CNPJ n°. 46.812.148/0001-21 e 61.552.244 FLAVIO HENRIQUE FERREIRA SILVA CNPJ n°. 61.552.244/0001-71.

### **I – Relatório**

Trata-se de processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°. 10/2025 cujo objeto resume-se na contratação de empresa especializada na construção de campo e quadro de areia, de acordo com o Convênio N° 845/2025-SECID entre o Município de Nova Esperança do Sudoeste, PR e o Serviço Social Autônomo Paranacidade, incluindo material e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos e planilha orçamentária em anexo ao edital.

As empresas citadas acima apresentaram intenção de recurso, dentro da plataforma, requerendo a inabilitação da empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA CNPJ n°. 26.690.308/0001-08 declarada previamente habilitada, diante disso, foi concedido as empresas o prazo legal para que as mesmas apresentassem suas razões para requerer a inabilitação da proponente, durante o prazo estipulado as empresas anexaram seus recursos na plataforma.

Após isso, a empresa recorrida não apresentou suas contrarrazões na plataforma aos recursos apresentados. Posteriormente, foi solicitado a Procuradoria Jurídica do Município que analisasse os fatos e emitisse parecer para auxiliar no julgamento dos recursos administrativos.



# **MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE**

**Estado do Paraná**



## **a) Tempestividade**

Em primeiro lugar, tem-se que os recursos apresentados pelas empresas supracitadas são tempestivos, visto que foi respeitado o prazo legal que consta na plataforma Comprasgov.com.br, salientando que todo o processo acontece exclusivamente dentro da plataforma.

Assim procedemos a análise dos fatos.

## **II - Da Análise do Recurso**

Para fins de melhor esclarecermos os pontos suscitados pelas recorrentes, esta decisão será dividida em três partes, dentro das quais analisaremos os argumentos levantados pelas impetrantes dos recursos, a contrarrazão da recorrida e o parecer emitido pela Procuradoria Jurídica do Município, para posteriormente emitir seu julgamento.

## **III - Da Alegação das Recorrentes**

As recorrentes supracitadas manifestaram a intenção de recurso durante o prazo estipulado na plataforma, e durante o período estabelecido para que as mesmas fundamentassem seus recursos, as empresas anexaram os arquivos na plataforma.

Os recursos administrativos estarão na íntegra juntamente com os demais documentos no site oficial do Município na aba licitações dentro do referido processo. Portanto, aqui será citado de forma resumida o pedido de cada uma.

A empresa MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA alegou que a empresa recorrida não apresentou atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviços de características técnicas semelhantes ao objeto da licitação e também apresentou um documento (Cartão CNPJ) com a validade expirada.

Seguindo o mesmo entendimento da primeira recorrente, a empresa CONSORA CONSTRUTORA LTDA, informa que a recorrida além de não apresentar o atestado de capacidade técnica de acordo com o solicitado no edital, demonstrou que as Certidões de Acervo Técnico da recorrida são de obras diferentes do objeto da licitação e que todas estão relacionadas somente a pessoa física, no caso, a arquiteta responsável pela empresa.

Por fim, a recorrente 61.552.244 FLAVIO HENRIQUE FERREIRA SILVA questiona os valores usados pela empresa na planilha de BDI, alegando que a recorrida usou alíquotas diferentes do regime tributário que a mesma estaria.



#### **IV - Da Contrarrazão das Recorrida**

A recorrida não apresentou suas contrarrazões durante o prazo estipulado.

#### **V – Do Parecer Jurídico**

O departamento jurídico emitiu parecer sobre os recursos administrativos e sobre a contrarrazão apresentada, e em sua conclusão emitiu a seguinte opinião:

“Diante do exposto e dos elementos constantes nos recursos apresentados, opina-se pelo conhecimento e procedência dos recursos administrativos, determinando-se a inabilitação da empresa FELIPE RUARO CONSTANTINO LTDA. É o parecer. ”

#### **VI - Da Análise do Recurso**

Diante dos fatos apresentados e parecer emitido pelo departamento jurídico. Sigo o mesmo entendimento contido no parecer, pois, após análise das razões recursais apresentadas, bem como da documentação constante nos autos, verifica-se que a empresa recorrida não apresentou atestado de capacidade técnica compatível com o objeto da licitação, em desacordo com as exigências previstas no edital.

O edital é o instrumento que vincula tanto a Administração quanto os licitantes, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, devendo seus requisitos ser integralmente observados. Nele foi expressamente estabelecida a obrigatoriedade de apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovassem a execução de obras similares ao objeto licitado, de forma a demonstrar a aptidão da empresa para o correto desempenho contratual.

Entretanto, os documentos apresentados pela licitante não comprovam a execução de serviços com características, quantidades ou complexidade compatíveis com o objeto ora licitado. Assim, não atendem às condições de habilitação técnica exigidas, razão pela qual sua habilitação não pode ser mantida.

Com relação a apresentação de documento com a validade vencida, tal motivo não seria suficiente para a desclassificação da empresa, pois a verificação poderia ser realizada de forma simples pela internet e sobre as alíquotas apresentadas na planilha do BDI, informo que seria necessário saber realmente qual o regime tributário a empresa está inclusa, a falta de respostas da empresa recorrida dificultou a elucidação desse ponto.

#### **VII - Decisão**

Por todo o exposto, julgo:

- a) Receber os recursos tendo em vista que estes foram apresentados tempestivamente e **acatar** os recursos interpostos pelas empresas MACRO



# **MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE**

**Estado do Paraná**



CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA CNPJ nº. 10.434.136/0001-63,  
CONSORA CONSTRUTORA LTDA CNPJ nº. 46.812.148/0001-21 e  
61.552.244 FLAVIO HENRIQUE FERREIRA SILVA CNPJ nº.  
61.552.244/0001-71, na forma da fundamentação;

Encaminhamos para o Prefeito Municipal para que analise todas essas documentações,  
e profira a sua decisão administrativa.

Nova Esperança do Sudoeste em 27 de novembro de 2025.

**TIAGO MARTINS**  
*Agente de Contratação*